



## Judicialização da Saúde: Uma Análise Comparativa da Jurisprudência do TJMG e do Supremo Tribunal Federal

Juliana Almeida de Moraes<sup>1</sup>  
Daniela Recchioni Barroso<sup>2</sup>

Faculdade de Direito Milton Campos  
Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

### Resumo:

**Introdução:** O fenômeno da judicialização da saúde no Brasil assume uma posição de destaque, ao passo que o Judiciário é acessado para suprir a garantia de um direito fundamental originariamente cabível ao Estado. A abordagem progressiva da judicialização da saúde tem sido alvo de específico interesse dos órgãos do Poder Judiciário devido a sua temática complexa. **Objetivo:** Deste modo, tem-se como escopo propôr uma análise que fomente o estudo da judicialização da saúde no Brasil com a proposta de verificar alguns aspectos abordados pela jurisprudência do TJMG e pelo STF sobre a fundamentação dos seus julgados no que tange a judicialização da saúde. **Metodologia:** Nesta pesquisa será feita uma análise jurídico-comparativa, sob a fundamentação da doutrina, legislação vigente e análise jurisprudencial do TJMG e do STF no que concerne à atual temática. **Resultados e Discussão:** A pesquisa pautar-se-á pela análise de questões que versam tanto sobre a aplicação do direito positivo quanto às discussões relacionadas à medicina e demais ciências da saúde. Neste contexto, se faz necessária uma ação criteriosa do Judiciário no que tange ao ativismo judicial, visto que o seu exercício inadequado pode violar e comprometer alguns princípios constitucionais. **Conclusão:** Diante da complexa temática faz-se necessário a investigação a cerca da fundamentação das decisões judiciais dos mencionados tribunais referentes concessão do direito à saúde.

**Palavras-chave:** Judicialização da saúde; Tutela de urgência; Processo civil

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Milton Campos. Pesquisadora da FAPEMIG.  
ju.almeidademoraes@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Direito. Orientadora. FDMC. danirecc@gmail.com